



Revista **Primeira**

EVOLUÇÃO

Ano IV n. **48** Jan. 2024
ISSN 2675-2573
INACIO MONTEIRO

EDUCAÇÃO
COOPERAÇÃO
TRANSFORMAÇÃO

DIA MUNDIAL DA AFRIÇA
LORIZAÇÃO DA CULTURA AFRICANA
FRICANA
LUS FILA A UTILIZAÇÃO PRO FESSORES E 2º CICLO NO MU
LANÇAMENTO

TODA ESCOLA TEM ESSELA PARA CADA ESTRELA BRANCA

2024

SUA EVOLUÇÃO COMEÇOU!



EDUCAÇÃO É UMA AÇÃO CONSTANTES DES...

Antoni...

A ALMA FEMININA SE...

PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DO TERRITÓRIO

ROSELI MA...

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 48 - Janeiro de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Andreia Fernandes de Souza

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaufeuf

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Bruno Ruiz Cardoso
Fátima Tomás Dias dos Santos Gama
Fernanda Santos Ikier
Maria Angela Ferreira Oliveira

Maria de Lourdes Ferreira da Silva
Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
Shirlei Nadaluti Monteiro
Solange Hitomi Kurozaki

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 47 (dez. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 178 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.47

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.48>



São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac Chateauneuf
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Isac Chateauneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professoras/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres

 **FREE SOFTWARE
FOUNDATION**



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 APRESENTAÇÃO

Antônio R. P. Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

07 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

2024 - SUA EVOLUÇÃO COMEÇOU!

ARTIGOS



1. PACIENTES COM ANSIEDADE E O TRATAMENTO ODONTOLÓGICO NO AMBIENTE CLÍNICO
BRUNO RUIZ CARDOSO 11
2. REFORMA EDUCATIVA EM ANGOLA: A VISÃO DOS PROFESSORES
FÁTIMA TOMÁS DIAS DOS SANTOS GAMA 17
3. O DOCENTE E SEU PAPEL NA INCLUSÃO
FERNANDA DOS SANTOS IKIER 29
4. A INCLUSÃO E O RESPEITO À DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR
MARIA ANGELA FERREIRA OLIVEIRA 37
5. CONTOS DE FADAS E AS INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL
MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA 45
6. A EDUCAÇÃO PSICOMOTORA NA FASE DE ALFABETIZAÇÃO
NILMA APARECIDA GONÇALVES 57
7. O PASSADO À CONTEMPORANEIDADE: O SURGIMENTO DA ESCOLA, DA CRIANÇA E DAS INFÂNCIAS BRASILEIRAS
SHIRLEI NADALUTI MONTEIRO 67
8. ALFABETIZAR E LETRAR: AÇÕES COMPLEMENTARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL
SOLANGE HITOMI KUROZAKI 83

A INCLUSÃO E O RESPEITO À DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR

MARIA ANGELA FERREIRA OLIVEIRA¹

RESUMO

Atualmente, questões relacionadas à diversidade, a inclusão e a Educação Especial têm sido alvo de discussão não só política, mas, também educacional. Com a criação de diferentes órgãos voltados para esta área, houve a necessidade da criação de legislação pertinente a fim de assegurar os direitos das pessoas com deficiência, podendo-se destacar como exemplo, a Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo. Para desenvolver a presente pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico, buscando sites, livros, artigos, dissertações, entre outros materiais, no intuito de discutir as principais perspectivas e desafios relacionados ao assunto. Como objetivo geral, tem-se uma breve discussão a respeito da Educação Especial e Inclusiva no tocante a legislação; e como objetivos específicos, as perspectivas e desafios enfrentados no dia a dia das escolas públicas. Os resultados encontrados indicaram que a legislação tem sido aplicada na medida do possível, mas, que infelizmente, ainda existem dificuldades para que a inclusão aconteça de fato.

Palavras-chave: Adaptação Curricular; Deficiência; Educação Especial e Inclusiva; Legislação

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi o primeiro instituto a ser criado em 1854, através do Decreto nº. 1.428/1854, com o intuito de atender portadores de deficiência visual. Cem anos após o Decreto, a criação da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), contribuindo para um atendimento mais igualitário, contemplando diferentes tipos de deficiência, e trazendo para sua estrutura a participação da comunidade, pais e amigos.

Antes, as pessoas com deficiência eram geralmente esquecidas pela sociedade. Na área da Educação, o mesmo ocorria, uma vez que as escolas de ensino regular atendiam apenas a um grupo seleto de estudantes, excluindo pobres, negros e pessoas com deficiência.

A inclusão nas escolas acontecia apenas para o estudante passar o tempo, sem a necessidade de aprender e se desenvolver. Com a Declaração de Salamanca, em 1994, surgiu a discussão de matriculá-los em classes regulares comuns, além de uma metodologia de ensino voltada para ele, transformando o cenário educacional.

¹ Professora de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de São Paulo. Graduada em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL; Especialista em alfabetização, letramento, psicopedagogia e educação especial pela UNICSUL, cursando especialização em direitos humanos pela UNIFESP.

Apesar da legislação, é possível observar em muitas escolas, principalmente as que se encontram na periferia, que os desafios voltados para a Educação Especial existem em muito.

Por esse motivo, o presente trabalho discute as perspectivas e os desafios enfrentados no cotidiano das escolas públicas, quanto ao processo de inclusão.

A INCLUSÃO NO BRASIL

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos criado no ano de 1854 atendia a instrução primária, bem como a educação moral e religiosa, e os ofícios fabris. Em 1857, foi criado o Instituto dos Surdos Mudos ofertando educação intelectual, moral e religiosa aos deficientes auditivos. A instituição possuía caráter privado, mas, após a promulgação da lei nº. 939/1956, passou a atender deficientes de baixa renda.

Em 1926, o Instituto Pestalozzi foi criado dando atendimento aos deficientes mentais. Helena Antipoff, psicóloga, marcou de forma considerável o assistencialismo social, bem como a institucionalização dos serviços voltados para os portadores de deficiência no Brasil. Foi a pioneira ao introduzir o termo “excepcional”, substituindo as expressões: “deficiência mental” e “retardo mental”, utilizadas até então.

Em 1954, como mencionado anteriormente, surgiu a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) trazendo atendimento médico e terapêutico as pessoas com diferentes tipos de deficiência. A escola cresceu, necessitando ampliar seu atendimento, desenvolvendo atividades criativas e profissionalizantes. Nesse contexto, criou-se a primeira oficina de atividades voltadas para o trabalho com carpintaria para estudantes com deficiência.

A Conferência Mundial das Necessidades Educacionais Especiais de Salamanca, em 1994, trouxe à tona discussões a respeito do processo de inclusão. O documento elencou a necessidade de inclui-los em classe regular comum e desenvolver uma pedagogia centrada no estudante.

Na sequência, ocorreu a Convenção da Guatemala, regulamentada pelo Brasil a partir do Decreto nº 3.956/2001, trazendo inúmeras perspectivas referentes à Educação Especial, a fim de eliminar possíveis desafios que dificultam o acesso das pessoas com deficiência, já que todos têm direito à escolarização e a permanência na escola:

O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. O documento ainda discute as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar como a falta de formação continuada dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não contribuem para a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007, p. 3).

Posteriormente, outras mudanças na legislação ocorreram para contribuir com a inclusão dos estudantes com deficiência no ambiente escolar, a fim de integrar e estabelecer relações entre todos.

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A nível nacional, quanto as Políticas Públicas, houve a institucionalização da Portaria Normativa nº 13/2007, que dispõe o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. A ideia central do governo foi a de disponibilizar para as escolas públicas, diversos equipamentos como o de informática, recursos e materiais que permitam uma participação mais efetiva do estudante, sanando as possíveis dificuldades que o mesmo encontra para aprender (BRASIL, 2007).

Boa parte da rede pública possui legislação pertinente, em relação ao acesso e permanência do estudante na sala de ensino regular, colocando questões em pauta como acessibilidade, e as possíveis intervenções que os professores devem fazer para respeitar as diferenças e desenvolver a autonomia de todos os estudantes:

Mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato". Fundamentado nesse ideal, um sistema de educação inclusivo deve efetivar: O direito à educação; o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um "modo igual" de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsivas e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação (CARVALHO, 2009, p.81).

Ainda, tem-se em pauta a garantia do contraturno em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) com professor especialista, constatada a necessidade do estudante. Lembrando que até bem pouco tempo, a família precisava apresentar laudo médico para tal, porém, com as mudanças na legislação é indicado que o atendimento deve ser realizado mesmo diante da não constatação médica.

Nascimento (2015) pressupõe em seus estudos que todas as pessoas têm o direito de frequentar o ensino regular comum, havendo por parte da escola a necessidade de transformar os diferentes espaços e organizar de forma que a mesma acolha o estudante, para que ele não tenha que se adaptar ao que já está imposto, mas, a escola se adaptar as necessidades dele, garantindo dessa forma o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos.

É preciso ainda, adaptar materiais e recursos pedagógicos a fim de possibilitar aos estudantes o acompanhamento dos conteúdos e o desenvolvimento das potencialidades de forma individual. Essas adequações devem ter como base as necessidades reais do estudante, levando em consideração suas características, habilidades, entre outras questões, trazendo a equidade de oportunidades a todos, para que se desenvolva a independência, a autonomia e a socialização (SÁ, 2008).

Ainda em relação a Normativa nº 13/2007, que dispôs sobre o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, voltado para a integração total do estudante com deficiência, equipamentos de informática, mobiliários e materiais pedagógicos, estão atrelados a práticas voltadas para o uso das Tecnologias Digitais de

Informação e Comunicação (TDIC), que nada mais são que recursos atrativos, que instigam e estimulam o ensino e a aprendizagem dos estudantes, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Desta forma:

...os ambientes de aprendizagem baseados nas tecnologias da informação e da comunicação, que compreendem o uso da informática, do computador, da Internet, das ferramentas para a Educação a Distância e de outros recursos e linguagens digitais, proporcionam atividades com propósitos educacionais, interessantes e desafiadoras, favorecendo a construção do conhecimento, no qual o aluno busca, explora, questiona, tem curiosidade, procura e propõe soluções. O computador é um meio de atrair o aluno com necessidades educacionais especiais à escola, pois, à medida que ele tem contato com este equipamento, consegue abstrair e verificar a aplicabilidade do que está sendo estudado, sem medo de errar, construindo o conhecimento pela tentativa de ensaio e erro. (ZULIAN e FREITAS, 2000, s/p.).

O Ministério da Educação disponibilizou para as escolas públicas, materiais didáticos e paradidáticos em braille, em áudio e na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa, entre outros que promovem o acesso ao currículo de forma plena:

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005, p. 82).

Peres (2003), discute que a construção de conhecimentos na Educação Especial encontra nas Tecnologias Assistivas uma forte aliada no desenvolvimento de competências e habilidades, pois, as mesmas abrem novos caminhos e possibilidades para o aprendizado efetivo na Educação Especial e Inclusiva.

Porém quanto aos desafios, pode-se observar por outro lado que muitas escolas públicas ainda não encontram-se de acordo com o que a legislação indica, a começar pela ausência da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como recursos e materiais necessários para facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Nas salas de informática, isso quando existem nas escolas, não se encontram computadores adaptados, sintetizadores, dentre outros recursos que poderiam contribuir para o seu desenvolvimento.

Ainda, em geral, não existe mobiliário adequado. Quanto aos professores de AEE, muitas escolas não possuem profissional especializado no momento referente à vaga e matrícula do estudante, cabendo apenas ao professor da sala de ensino regular, adaptar e fazer o possível na sala de ensino regular.

Nesse contexto, os professores especialistas de AEE apresentam papel fundamental. Cabe a eles reconhecer as dificuldades e especificidades dos estudantes com deficiência e a partir disso, possibilitar a produção de atividades inclusivas, com base em metodologias diferenciadas e eficazes (CRUZ, 2014).

Em muitas escolas, ao contrário do que acontece na Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, não se encontram também nas unidades escolares cuidadoras, como as Auxiliares da Vida Escolar (AVE) que trabalham na rede municipal, que conforme a necessidade do Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI) indicam a necessidade e são designadas para trabalhar nas escolas.

Sua função seria a de colaborar no atendimento individual aos estudantes que não possuem autonomia, necessitando de suporte permanente e intensivo para a participação na alimentação, na locomoção e na higiene. Quanto à acessibilidade, muitas escolas também não possuem rampas de acesso para cadeirantes, havendo muitas escadas (principalmente as de projetos arquitetônicos antigos), o que dificulta o processo de locomoção. Os banheiros quando adaptados, podem ainda gerar certa dificuldade no momento da troca de fraldas, por exemplo.

Além disso, com destaque para esta rede, pode-se destacar uma das principais Portarias, a de nº 8.764/2016, que regulamentou o Decreto de nº 57.379/2016, instituindo na Rede Municipal de Ensino a Política Paulista de Educação Especial, na perspectiva de uma educação inclusiva e igualitária (SÃO PAULO, 2016).

Quanto aos professores, é possível observar que os mesmos fazem o possível para que a inclusão aconteça diversificando atividades, selecionando materiais, ou mesmo improvisando, para facilitar o processo de inclusão e tentar fazer com que eles se sintam acolhidos pelos professores e demais colegas.

Outro agravante, possível de ser observado são as escolas que se encontram no entorno de comunidades, na periferia, onde o acesso é mais difícil. Os desafios acabam sendo bem maiores e apesar do compromisso dos professores, é necessária uma maior intervenção por parte da gestão a fim de que se cumpram as leis, a começar por ela mesma, dentro de uma gestão democrática e participativa, garantindo que o estudante com deficiência receba uma educação plena e tenha acesso ao currículo por meio de atividades diversificadas.

Apesar dos desafios enfrentados pelas escolas, no caso do destaque para a rede municipal que se mostra comprometida com a inclusão e com a educação especial dos estudantes com deficiência, é preciso um olhar mais atento para as demais redes, considerando inclusive as escolas particulares:

A noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém instituí a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal". O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. O impacto desta concepção é considerável, porque ela supõe a abolição completa dos serviços segregados (DORÉ et al., 1996 apud MANTOAN, 2006, p. 3).

A atenção voltada para este assunto tem sido significativa de um modo geral em relação às leis. Porém, é preciso de uma forma geral englobando as demais redes públicas de ensino, um maior acompanhamento das Diretorias de Educação para que os problemas citados não continuem acontecendo como a falta de recursos, de profissionais especialistas, de Atendimento Educacional Especializado (AEE), de mobiliários, de materiais, de acessibilidade, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos a partir do levantamento bibliográfico realizado na presente pesquisa, pode-se citar que a Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, uma vez que apresenta grande preocupação quanto à inclusão, ao respeito às diferenças e a Educação Especial e Inclusiva voltada aos estudantes com deficiência com base na legislação pertinente.

Além disso, desde o ano de 2010 a Secretaria Municipal de Educação (SME) lançou o Programa Incluir, que engloba sete projetos diferentes, organizados para atender melhor os educandos portadores de necessidades educacionais especiais. Ou seja, o programa trata da melhoria do atendimento e da ampliação da acessibilidade, tornando as escolas municipais cada vez mais adaptadas e acolhedoras para os até então, 17 mil educandos especiais matriculados na rede.

Infelizmente, comparada a Rede Estadual de Ensino de São Paulo, conforme literatura pertinente encontrada quanto ao tema, pode-se dizer que a rede estadual apresenta certo atraso em comparação com a Rede Municipal. Ainda, pode-se dizer que a disponibilidade de recursos e do próprio processo de inclusão, é bem diferente nas duas redes. Na Prefeitura, encontra-se boa parte do que está descrito na legislação, apesar da ressalva de exceção por parte de algumas escolas, enquanto no Estado, infelizmente isso ainda não ocorre. O que se

vê são muitas famílias entrando na justiça para garantir a inclusão dos estudantes com deficiência.

Diversos problemas se fazem presentes, como a falta de recursos, de professores especializados, de Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação continuada de professores, entre outros; o que muitas vezes remete a uma comparação com o que acontece na Rede Estadual de Ensino.

Ou seja, a Educação Especial e Inclusiva neste caso, indica que a educação especial ainda enfrenta desafios a serem vencidos, mas, que se todos os setores, principalmente o da Gestão Pública e das próprias Secretarias de Educação contribuírem com a garantia do processo e da garantia dos direitos, os desafios podem ser superados, garantindo o processo de inclusão, independentemente da rede na qual o estudante com deficiência esteja matriculado.

REFERÊNCIAS

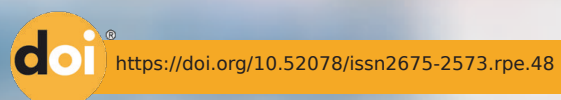
- BRASIL. **Portaria normativa nº 13**. Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: MEC. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- CRUZ, T. **Autismo e inclusão: experiências no ensino regular**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília, 2005. p. 82-86.
- MANTOAN M.T.E. **Inclusão Escolar**. Pontos e Contra Pontos. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- NASCIMENTO, S.V. Políticas públicas para Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil. IFRJ. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente**. PUCPR, 2015.
- PERES, R. C. N. C. **O lúdico no desenvolvimento da criança com paralisia cerebral espástica**. 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SÁ, E.D. **Adaptações Curriculares: diretrizes nacionais para a educação especial**. 2008. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/verbete5.htm>> Acesso em: 21 jan. 2024.
- SÃO PAULO. **Portaria nº. 8.764 de 23/12/2016** – Regulamenta o Decreto nº. 57.379/2016 – Institui no Sistema Municipal de Ensino a Política Paulistana de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: . Acesso em: 21 jan. 2024.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.. Acesso em: 21 jan. 2024.
- ZULIAN, M.S.; FREITAS, S.N. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Cadernos de Educação Especial / Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação / Departamento de Educação Especial / Laboratório de Pesquisa e Documentação - LAPEDOC** -. Vol. 2 (2001) - Nº 18 (2001) - 112 p. - Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2001/02/r5.htm>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- _____. **Escolas Municipais recebem selo de Acessibilidade**. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=106183>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- _____. **Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- _____. **Instituto dos meninos surdo-mudos**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- _____. **Movimento Pestalozziano celebra 90 anos com trajetória marcada por conquistas e avanços**. Disponível em: <http://fenapestalozzi.org.br/ler/movimento-pestalozziano-celebra-90-anos-com-trajetoria-marcada-por-conquistas-e-avancos>. Acesso em: 21 jan. 2024.



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Bruno Ruiz Cardoso
Fátima Tomás Dias dos Santos Gama
Fernanda Santos Ikier
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria de Lourdes Ferreira da Silva
Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
Shirlei Nadaluti Monteiro
Solange Hitomi Kurozaki



Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

